

Nota Pública da Sociedade Civil – Sobre a Intervenção do Secretário Estadual de Direitos Humanos e Participação Popular, no Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos - CEDDH/MA

Em 29/04/2021

Nós, organizações, movimentos e entidades da sociedade civil que compõem o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos do Maranhão - CEDDH, por deliberação de seus membros, vem a público repudiar a condução das medidas que dizem respeito ao processo de exoneração da militante e servidora Mari Silva Maia, por parte do Senhor Secretário Francisco Gonçalves da Conceição. Como é de conhecimento público, a servidora é Presidente deste Conselho, em representação à Secretaria de Direitos Humanos e Participação Popular – SEDIHPOP e recentemente foi informada de sua exoneração, de maneira intempestiva. Essa atitude constitui uma evidente afronta à independência e autonomia administrativa do Conselho, já que não houve nenhum tipo de comunicação ao CEDDH e tentativa de realizar uma transição gradual para esse importante trabalho realizado pela servidora, no intuito de que não trouxesse prejuízo aos processos em andamento no órgão.

Além disso, nos preocupamos também na perspectiva humanista do que essa medida representa: a servidora engrossará a fila dos desempregados num momento em que o país passa por uma situação descontrolada de pandemia. Essa situação nos preocupa e comove, pois, uma exoneração tão injustificada não condiz com a excelência do trabalho desenvolvido pela Presidenta em sua gestão.

Ainda, a informação nos chegou num importante momento de atuação do órgão, no qual nos organizávamos para uma missão *in loco* para apuração de graves violações de direitos humanos no interior do Estado, no município de Godofredo Viana e sobre a qual a Presidenta já havia se preparado para atuar (juntamente com a respectiva comissão competente para atuação de controle das violações).

O CEDDH tem tido importante trabalho na efetivação das ações voltadas ao cumprimento das políticas públicas de direitos humanos no Estado do Maranhão, em especial neste período de pandemia da COVID-19. Desse modo, a exoneração de servidora que atua como sua Presidenta trará reflexos negativos não só para a atuação do Conselho, mas para toda a população. Tendo em vista também que estamos há poucos meses da eleição da nova Diretoria do Conselho e em plena preparação desse processo eleitoral.

Por tudo isso, a sociedade civil e as entidades assinantes desta nota repudiam veementemente qualquer medida contra a autonomia e independência do CEDDH e reivindicamos que as políticas públicas no setor caminhem sempre no sentido de fortalecer o Conselho de Direitos Humanos, e não de enfraquecê-lo. Agradecemos à militante de Direitos Humanos e servidora Mari Silva Maia pelo excelente serviço prestado como Presidenta do Conselho, sempre muito aguerrida e compromissada com o fortalecimento e participação ativa deste Conselho nas problemáticas ligadas aos Direitos Humanos. A SEDIHPOP tem a tarefa de cuidar da política de Direitos Humanos e participação popular e não intervir nos espaços de controle social.

Assinam, portanto esta nota as seguintes entidades da sociedade civil: Centro de Cultura Negra do Maranhão - CCN-MA, União Estadual de Apoio a Moradia Popular- UEMP, Combonianos Nordeste – Justiça Nos Trilhos, Grupo Solidariedade é Vida - Solivida

Cooperativa Central de Reforma Agraria no Estado do Maranhão – CCA-MA , União de Negros e Negras Pela Igualdade Maranhão – UNEGRO, Grupo de Mulheres Negras Mãe Andresa- GMNMA, Ordem dos Advogados do Maranhão – OAB, Centro de Estudos e Pesquisas Visão de Futuro, Grupo Identidade LGBT de Bacabal.